



AGRONEGÓCIO E SUAS REPERCUSSÕES NO MATOPIBA

Letícia de Souza Blanco
Universidade Federal Fluminense

Felipe Teixeira Carvalho
Universidade Federal Fluminense

João Lucas Alves dos Santos
Universidade Federal Fluminense

Vitor Hugo Mendes Pereira
Universidade Federal Fluminense

Beatriz Di Sessa Deves
Universidade Federal Fluminense

Resumo

Desde o início do século XX, as configurações das atividades agrícolas e pecuárias no Brasil e no mundo estão sofrendo constantes variações que convergem com alterações do sistema capitalista neoliberal global. Pautado na financeirização de grupos e blocos, juntamente com o agronegócio estruturado como complexo em rede e a coalizão do latifúndio com o agro percebeu-se abrupta modificação na produtividade do território, com avanço das *commodities* agrícolas agroexportadoras. Esse processo ocasionou e ocasiona uma reorganização do espaço nacional acerca da produção agrícola com avanço do agronegócio sobre fronteiras regionais, logo, conflitos sociais, ambientais e econômicos estão em constantes transformações. Neste sentido, o presente trabalho possui a finalidade de compreender e abordar o avanço do agronegócio no território brasileiro e em especial na última fronteira agrária do Brasil, na região conhecida como Matopiba, caracterizando a relação entre o sistema neoliberal global e os conflitos sócio-espaciais e econômicos nesta macro região. A metodologia usada foi o estudo exploratório por meio de revisão de literatura.

Palavras-chave: agricultura, agronegócio, conflitos, neoliberalismo, Matopiba

AGRONEGOCIO Y SUS REPERCUSIONES EN MATOPIBA

Resumen

Desde principios del siglo XX, las configuraciones de las actividades agropecuarias en Brasil y en el mundo están sufriendo constantes variaciones que convergen con los cambios en el sistema capitalista neoliberal global. A partir de la financiarización de grupos y bloques, junto con el agronegocio estructurado como un complejo en red y la coalición del latifundio con el agro, se produjo un cambio abrupto en la productividad del territorio, con el avance

de los productos agrícolas agroexportadores. Este proceso ha provocado y provoca una reorganización del espacio nacional en materia de producción agrícola con el avance de la agroindustria por encima de las fronteras regionales, por lo que los conflictos sociales, ambientales y económicos están en constante cambio. En este sentido, el presente trabajo tiene el propósito de comprender y abordar el avance de la agroindustria en el territorio brasileño y especialmente en la última frontera agraria de Brasil, en la región conocida como Matopiba, caracterizando la relación entre el sistema neoliberal global y socio- conflictos espaciales y económicos en esta macro región. La metodología utilizada fue un estudio exploratorio a través de una revisión de la literatura.

Palabras-chave: agricultura, agronegocios, conflictos, neoliberalismo, Matopiba.

INTRODUÇÃO

A visão do agronegócio no século XXI é totalmente diferente daquela do início da década de 1970, uma vez que, a partir dessa década, o capitalismo mundial enfrentou a crise da sobre acumulação (HARVEY, 2005). Diante disso, novas dinâmicas, introduzidas pela ascensão do neoliberalismo, foram implementadas também no campo, tendendo a um avanço do capitalismo financeiro e a ideia de uma territorialização do agronegócio no mundo. Essa passagem para um novo modelo do capitalismo mostrou uma passagem de força e poder do Estado para as corporações e as entidades privadas. O avanço do agronegócio no território brasileiro nos últimos anos também segue a tendência de territorialização proveniente da globalização financeira neoliberal em que a agricultura de precisão em território-rede produtivo insere lugares e regiões na divisão internacional do trabalho.

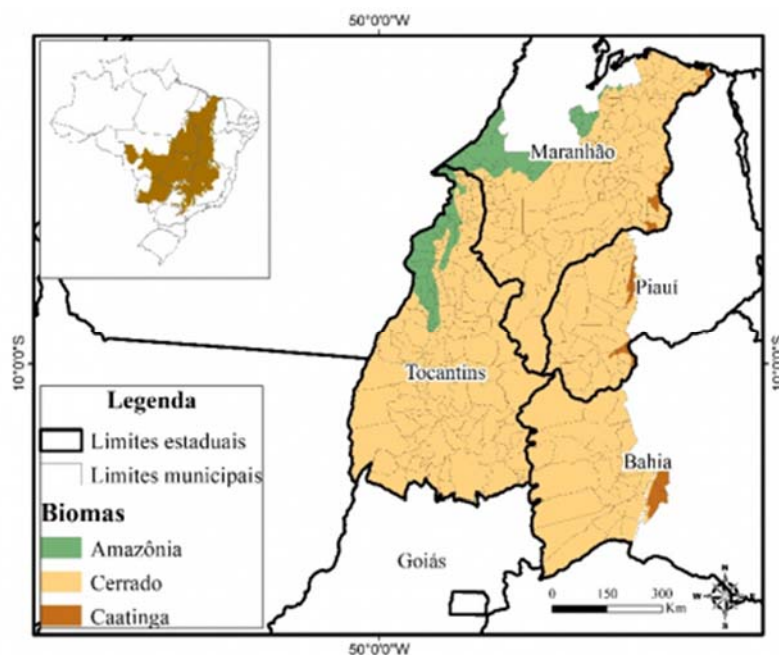
A partir desse cenário decorrem questões socioambientais agrárias já desgastadas, como o aumento da exploração do trabalho, desconfiguração de comunidades tradicionais, impactos em ecossistemas e biomas, impactos em reservatórios de águas, em rios, lagos, acidificação do solo através do maior uso de herbicidas, pesticidas, agrotóxicos, além da criminalização cultural de diversas regiões e comunidades.

A reconfiguração neoliberal do agronegócio é designada como um novo pacto da economia política, mais precisamente entre o mercado e o Estado, visando o uso de forma clínica do capital financeiro nas áreas rurais com o objetivo de manter e impulsionar as práticas agrícolas hegemônicas (DELGADO, 2012 *apud* SOUZA; SILVA, 2019). E isso pode ser confirmado, uma vez que se notou nos últimos anos no Brasil uma reafirmação da pauta agroexportadora, com destaque para a produção de *commodities* agrícolas.

A consolidação do agronegócio resulta de um gradual avanço espacial da cadeia grãos-carne, desde a região Sul até as regiões Norte e Nordeste. A dinâmica da fronteira do agronegócio residiu na consolidação de regiões sistêmicas voltadas à especialização da produção de grãos que abastecem o mercado externo, ou seja, a exportação. Nesse sentido, uma das áreas mais recentes do agronegócio da lavoura de grãos é região conhecida como Matopiba.

Matopiba é uma região que compreende o bioma do Cerrado dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (figura 1), abarcando uma área de cerca de 73 milhões de hectares que inclui áreas agrícolas, unidades de conservação, terras indígenas e assentamentos rurais voltados à reforma agrária. Atualmente, Matopiba é considerada uma grande fronteira agrícola que tem chamado atenção de investidores estrangeiros e grandes produtores devido a seus fatores locais (topografia plana que facilita mecanização; solos profundos e o clima favorável ao cultivo de grãos) (SILVA; MONTEIRO, 2020). Por isso, a região tem se tornado palco de intensos conflitos e disputas entre os povos tradicionais (indígenas, quilombolas, agricultores familiares) e os grandes latifundiários que chegaram à região com o avanço do agronegócio (FIAN, 2018).

FIGURA 1. Localização geográfica do Matopiba



Fonte: GARCIA; VIEIRA FILHO (2018)ⁱ

A região até a década de 1980 tinha como principal atividade produtiva a pecuária extensiva. Hoje, a região de Matopiba vem sendo ocupada “[...] por uma nova economia agropecuária sob o comando de monocultivos agroflorestais em larga escala, especialmente de grãos, com destaque para a soja, mas também algodão e milho” (ALVES, 2020, p. 3). Com isso, Matopiba se consolidou como uma fronteira agrícola mediante avanço do agronegócio, este fato vem fomentando impactos socioambientais tanto para as comunidades agroextrativistas, que vivem da agricultura tradicional, quanto para o bioma do Cerrado (bioma local) que vem sofrendo com a perda da biodiversidade local, com o desmatamento intensivo e com técnicas agrícolas agressivas que atingem os recursos naturais como a água e o solo.

Assim sendo, o objetivo deste artigo é abordar o avanço do agronegócio sobre o Cerrado, principalmente na região do Matopiba, e desvelar os conflitos sociais e impactos ambientais decorrentes da atividade. Para tanto, o estudo se volta para o processo de inserção do Matopiba no complexo agroindustrial brasileiro a partir do avanço da fronteira do agronegócio da cadeia grãos-carne em direção às chapadas do Norte e Nordeste do país. De posse desse processo espaço-temporal, a análise inscreve os impactos socioambientais que estão na ordem do dia da problemática agrária regional.

A fim de operacionalizar o estudo, a metodologia utilizada reside num estudo exploratório baseado em revisão de literatura, a partir de um levantamento bibliográfico de artigos científicos acerca da questão do agronegócio e suas implicações na região de Matopiba. Nesse sentido, foram utilizados como fontes as bases de pesquisa Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e Scielo (*Scientific Electronic Library Online*).

Na segunda seção é feito um breve panorama histórico da expansão da fronteira agrícola sobre a região de Matopiba, na terceira os conflitos socioambientais gerados devido ao projeto de modernização do Estado, na quarta seção são evidenciados os povos tradicionais, que vivem nessa fronteira, que sofrem com a violência do capitalismo moderno colonial e, por fim, a última seção pontua os impactos ambientais que o agronegócio tem provocado na região. Para melhor entender os impactos, provocados pelo avanço da agricultura moderna e das empresas rurais em Matopiba, utilizamos dados do Observatório do Clima (2019) e da Comissão Pastoral da Terra (2016; 2020) que nos evidenciam a transformação do uso do território e suas repercussões socioambientais.

O AGRONEGÓCIO NA ÚLTIMA FRONTEIRA AGRÍCOLA: breve panorama histórico

O projeto de modernização econômica do território brasileiro foi iniciado no Estado Novo de Vargas com a “marcha para Oeste”, projeto que tinha como objetivo promover o desenvolvimento e integração econômica das regiões Norte e Centro-Oeste (SILVA; MONTEIRO, 2020). No entanto, o direcionamento de investimentos para a região Centro-Oeste intensificou-se após a década de 1970 a partir dos Planos Nacionais de Desenvolvimento Econômico (I e II PND’s) e dos programas especiais de investimento como o POLOCENTROⁱⁱ (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) e o PRODECERⁱⁱⁱ (Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados), formulados na Ditadura Militar (1964-1985). Os programas mencionados, patrocinados pelo Estado, tinham o objetivo de disseminar a agricultura moderna no Cerrado (MATOS, PESSÔA, 2014). Assim, nota-se que:

Os processos de ocupação histórica desses espaços já não são tão recentes, e foi a partir do início da década de 1970 que o setor público, através das diferentes esferas, procurou exercer papel relevante na economia nordestina, por meio de estímulos financeiros e fiscais à atividade produtiva, principalmente no setor primário (SANTOS, 2018, p.571).

Por meio dos incentivos e subsídios fiscais do Estado e dos programas, os potenciais econômicos e produtivos das áreas do Cerrado foram evidenciados, chamando atenção de grandes produtores rurais que avançaram sobre o Cerrado em fronts de expansão (SANTOS, 2018). Dessa forma, é evidente que a incorporação do agronegócio na região de Matopiba, é reflexo do avanço da fronteira urbano-industrial que se disseminava da região Centro-Sul em direção à Amazônia, à Caatinga e ao Cerrado, de modo a integrar essas áreas à divisão regional do trabalho do agronegócio do país e à escala internacional (SILVA; MONTEIRO, 2020).

A fronteira agrícola mencionada

[...] fez parte dos processos e eventos ocorridos nos espaços rurais da Região Sul do Brasil no período entre 1960-1975, mais recentemente nos espaços rurais de cerrados da Região Centro-Oeste do Brasil entre 1975-1990 e na expansão e ocupação de espaços rurais com parte de cerrados escolhidos das regiões Norte e Nordeste a partir de 1990 (SANTOS, 2018, p.575).

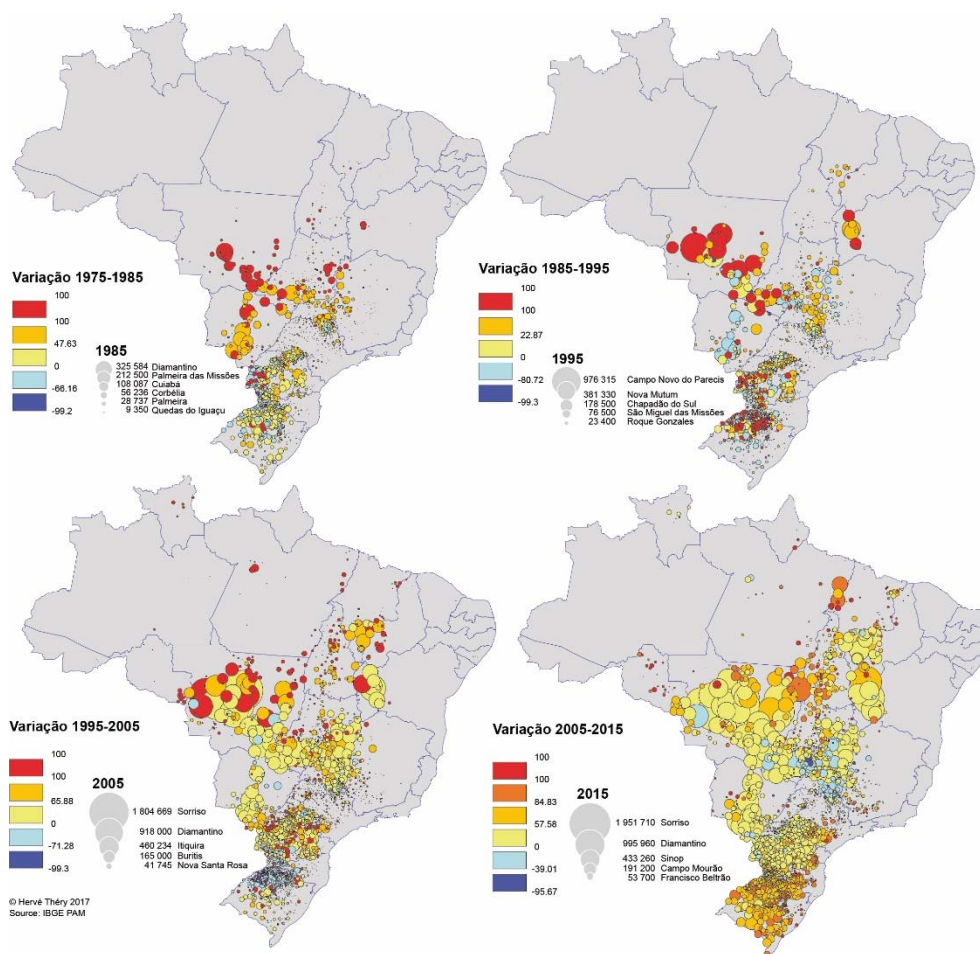
Assim percebemos que antes, entre 1960-1975, a região sul se consolidava como área de fronteira agrícola principalmente com a produção de soja. No entanto, a partir de 1975 essa fronteira começou a se deslocar da região Sul para a Centro-Oeste por conta de diversos fatores, tais como: concentração fundiária, especulação do valor da terra, conflitos por terra, desemprego rural e expansão da lavoura mecanizada (SILVA; MONTEIRO, 2020). Conforme pontua Santos (2018), da década de 1990 até os dias de hoje, a fronteira está indo em direção a áreas de cerrados que se localizam nas regiões Norte e Nordeste como é o caso dos estados (Maranhão, Piauí, Bahia, Tocantins) que compõem a região conhecida como Matopiba que é conhecida hoje como o “novo celeiro de produção de grãos” (MONDARDO, AZEVEDO, 2019, p. 297).

Os mapas (Figura 2) mostram a expansão da produção de soja no território brasileiro ao longo dos anos. Entre 1975-1985 a produção estava em duas principais regiões: Sul e Centro-Oeste, de 1985-1995 podemos perceber um avanço nítido na região Centro-Oeste e na região conhecida como Matopiba. Entre 1995-2005 a soja já estava bem disseminada pelo bioma do cerrado, e por fim, nos anos mais recentes entre 2005-2015 nota-se:

[...] um recuo em algumas zonas como o Oeste do Paraná, Minas Gerais e o Mato Grosso do Sul (onde se desenvolveram mais as produções de café e cana de açúcar) mas principalmente uma enorme expansão para o Norte, Mato Grosso, Bahia, Piauí e Maranhão, ainda mais nítida (círculos pequenos, mas quase todos vermelhos) no extremo Sul e nas franjas pioneiras mais setentrionais (Rondônia, Pará, Amapá e Roraima) (KNORR, 2017, n.p)

Dessa forma, de 2005 a 2015 a soja, sofreu um recuo de sua produção na região sul, passando a se disseminar para a região Norte e para estados como Bahia, Piauí e Maranhão que compõem juntos a região do Matopiba. Incentivados pelos subsídios estatais, na forma de créditos para seguros de colheitas, muitos latifundiários produtores de soja expandiram sua produtividade pelo cerrado na década de 1990, a partir dos anos 2000 a produção monocultora atingiu o interior do bioma, principalmente nos estados de Tocantins e Piauí (FIAN, 2018). A inserção do Matopiba no território-rede do complexo agroindustrial fomentou uma nítida reorganização do espaço e das atividades produtivas a fim de atender ao projeto de modernização conservadora e distópica da agricultura brasileira que se consolidava desde a metade do século XX, ao mesmo tempo em que atendia aos reclamos da globalização produtiva e financeira internacional.

Figura 2. Quatro décadas de marcha da soja, 1975-2015



Fonte: Knorr (2017)

A demanda mundial crescente por *commodities* agrícolas tem fomentado a expansão da fronteira agrícola em todo o território brasileiro. Desde a metade do século XX, o governo brasileiro tem incentivado, por meio de isenções fiscais e investimentos em infra estruturas básicas para o sistema produtivo (estradas,

recursos energéticos), a ida de empresários e grandes produtores para o interior do país (MATHIAS, 2017). Esta interiorização do sistema produtivo foi estratégica para a consolidação de um sistema econômico mais integrado e para a maximização dos lucros de terras antes disponíveis e não tão produtivas. Dessa forma, estes espaços interioranos passaram a ser geridos por uma lógica econômica capitalista moderna em que a terra é vista como um bem de produção.

Na nova organização econômica e socioespacial em curso, as terras se transformam em imensos monocultivos e em espaços para reserva de valor destinados a investidores do agronegócio e de fundos de investimentos (ALVES, 2020, p.4)

Antes do avanço do agronegócio, as terras eram destinadas a atividades ligadas à agropecuária extensiva tradicional de subsistência ou voltada para o mercado interno. Com o avanço do agronegócio, a terra “ganha o status de mercadoria monetariamente valorizada, diferentemente do que havia antes, cujo valor era mais de uso do que de troca” (ALVES, 2020, p. 8).

A região de Matopiba é um grande exemplo de região interiorana que teve o valor da terra alterado devido ao projeto de modernização. Com a chegada de investidores e empresários, as terras da região passaram a ser especuladas, formando-se assim um mercado “a partir da apropriação de terras públicas e dos camponeses” (Alves, 2020, p.8). Essa apropriação gerou conflitos fundiários violentos entre os povos que já se encontravam na região e aqueles que chegavam em busca de terras e lucros.

A partir da década de 1990, com avanço do meio técnico-científico-informacional, houveram inovações científicas e tecnológicas (maquinários agrícolas, sementes aperfeiçoadas, uso de corretivos) que possibilitaram o avanço da modernização dos espaços agrícolas do Matopiba. Além disso, os incentivos fiscais, as políticas de financiamento do Estado e a quantidade de terras disponíveis para produção chamavam atenção de grandes corporações industriais para a região, conforme assinalam SOUZA e PEREIRA (2019). Para ilustrar o papel estatal na consolidação do agronegócio na região, os autores mencionam o Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE) que:

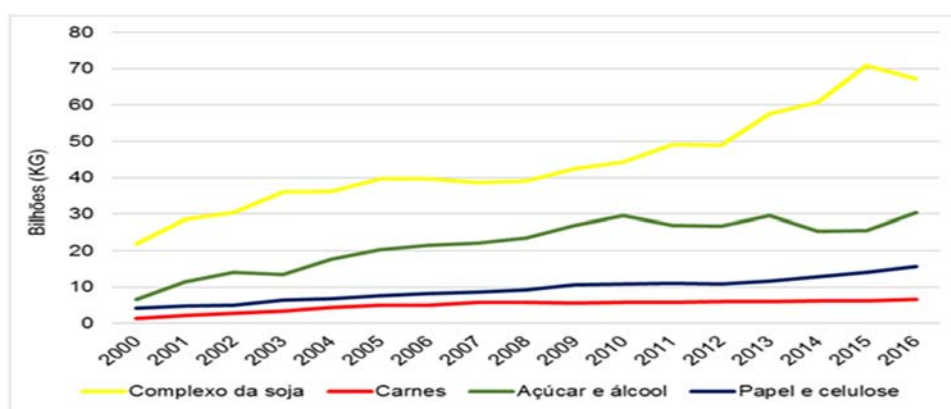
[...] realiza uma série de estudos baseados no entendimento de Inteligência Territorial Estratégica (ITE), podendo ser compreendido como uma ferramenta indispensável para o monitoramento e caracterização territorial, tendo como intuito subsidiar a criação de planejamentos voltados ao fortalecimento do agronegócio (SOUZA; PEREIRA, 2019, p.24).

Este grupo foi o responsável por delimitar a região de Matopiba de acordo com aspectos agrários, naturais e socioeconômicos. Com a regionalização, Matopiba passou a ser caracterizada e monitorada, tornando-se assim mais visíveis os elementos que são importantes para o desenvolvimento do agronegócio na região.

Com isso, as políticas públicas puderam ser melhor direcionadas para atender a este novo modelo produtivo, atribuindo-lhe maior competitividade.

Com o avanço da agropecuária as terras antes ocupadas pelas populações locais foram incorporadas ao novo padrão produtivo agroindustrial. O Estado incentivou a ocupação da região de Matopiba a fim de incluí-la no ciclo econômico nacional e lhe atribuir maior competitividade. O projeto de modernização tecnoprodutiva do espaço agrícola do Matopiba gerou o “aprofundamento da especialização territorial produtiva” (SOUZA, PEREIRA, 2019, p.23), sendo notável a especialização na produção de grãos com destaque para as lavouras de soja como vemos na figura 3.

Figura 3. Volume (kg) exportado de *commodities* agrícolas no Brasil (2000 – 2016)



Fonte: SOUZA; SILVA (2019)

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E A QUESTÃO FUNDIÁRIA

Dada a contextualização sócio-histórica e a condição conflituosa – pelo avanço das forças produtivas capitalistas em direção às populações tradicionais locais – da macrorregião Matopiba, vale ressaltar não só as características desse conflito, como também as repercussões dessa disputa desigual pelo espaço.

Assim sendo, a partir de uma leitura geográfica da economia política, trabalharemos o conceito de “acumulação via espoliação” de David Harvey (2005), sobretudo, como uma das características do conflito na região.

Harvey em *o Novo Imperialismo*, a partir de uma reflexão de Rosa Luxemburgo acerca do duplo aspecto da acumulação do capital entende que uma importante característica acumulativa é a relação entre os modos de produção capitalista e modos de produção não-capitalista. É por este viés principal que se compreende as relações de conflitos socioambientais presente na região do Matopiba – de um lado o avanço do agronegócio (como modo de produção capitalista) e, de outro, as populações locais tradicionais (produção não-capitalista).

Dessa maneira, uma proposição norteadora para esta abordagem é de como a crise do capitalismo necessita de espaços não-capitalistas para a sua (re)organização.

Para Harvey, o capitalismo encontra estabilidade “fora de si mesmo”, em uma relação dialética “interna-externa” (p. 118). É, portanto, à guisa dessa teoria que os conflitos na região aqui observada ganham eco.

A partir dessa perspectiva a expansão da fronteira agrícola “baseia-se no desmatamento, na grilagem das terras, no uso predatório dos recursos naturais como a água e na expulsão, pela desterritorialização por saque e/ou de despossessão da terra/recurso” (HARVEY, 2005, apud MONDARDO, AZEVEDO, 2019, p. 301) que repercutem no modo de vida das populações tradicionais.

Assim, as populações tradicionais são expulsas de suas terras “ou sofrem pressão em suas áreas de ocupação pelas redes do agronegócio e, alguns até, via proletarianização são cooptados pelo processo de produção (MONDARDO, AZEVEDO, 2019, p. 302). Alterando toda a dinâmica e organização produtiva do espaço.

O avanço do agronegócio da região Centro-Oeste em direção à região do Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) tem sido reproduzido os conflitos fundiários, conforme dados de 2016 da Comissão Pastoral da Terra. No Matopiba foram registrados 505 conflitos no campo a envolver 236 mil pessoas (SILVA; MONTEIRO, 2020, p. 252).

Disputando a posse da terra, os povos tradicionais da região (quilombolas, indígenas, pequenos agricultores) entram em conflito com os latifundiários e empresas (madeiras, mineradoras) que foram atraídas, pelos incentivos fiscais, para a região.

De acordo com o Censo Demográfico de 2017, há 275.297 estabelecimentos agropecuários no Matopiba. Desse total, 0,7% corresponde ao grupo de 0 a 10 hectares e participação de 38,6% do número de estabelecimentos. Já o grupo maior do que 1.000 hectares participava com 2,1% dos estabelecimentos e 51,6% da área total disponível; o que chama a atenção para a concentração fundiária. (SILVA; MONTEIRO, 2020, p. 400)

Conforme relatam Silva e Monteiro (2020) é evidente a concentração fundiária em Matopiba, enquanto poucos detém quase o monopólio de terras da região, a maioria, que inclui os povos tradicionais da região, deve se conformar com uma pequena porção de terra para produção. Com pouca produtividade, muitos abandonam suas terras, deixando-as para o agronegócio (MONDARDO; AZEVEDO, 2019). Além de perder a dinâmica econômica de subsistência da terra, os povos tradicionais também tornam-se precarizados em relação a própria construção simbólica de pertencimento ao lugar. Não há mais um sentimento de segurança ontológica uma vez que o lugar transformou-se em espaço e, este, submetido à lógica do capital transforma as subjetividades da noção de terra.

Além da concentração de terras, em Matopiba há também a concentração de renda na população, conforme dados da Fian (2018).

No que diz respeito à agricultura, existe uma disparidade significativa na distribuição de terras e de rendas, que tem sua origem na história do Brasil e é reproduzida até hoje. Do total de estabelecimentos, 80% são classificados como muito pobres (responsáveis por 5,22% da renda bruta da região), 14% são pobres (e geram 8,35 % da renda bruta da região), 5,79% são de classe média (e contabilizam 26,74% da renda bruta da região) e 0,42% são da classe rica (produzindo 59,78% da renda bruta da região) (FIAN, 2018, p.24).

A maioria da população, cerca de 80%, que habita a região do Matopiba é classificada como pobre e responsável por uma porção pequena da produtividade na região. Ao contrário, a minoria dos seus habitantes são de classe rica. Com capital, essa minoria populacional se apropria de terras com grandes extensões no território, possibilitando alta produtividade e maior participação na renda bruta da região do Matopiba.

Dessa maneira, a fronteira agrícola que avança sobre a região do Matopiba, nessas últimas 4 décadas, se consolidando como: “[...] espaços de conflitos, da combinação de tempos históricos e processos sociais que recriam formas desiguais, duras, de dominação e de reprodução do capital, muitas vezes pautadas na violência, na subordinação do trabalhador e dos ocupantes históricos desses espaços” (SANTOS, 2018, p. 575).

Entre 2005 a 2014, do total de 11.338 localidades onde ocorreram conflitos no campo brasileiro, 39% aconteceram no Cerrado. Nos últimos 10 anos os estados do Tocantins, Maranhão e Bahia figuram entre os estados que forneceram o maior contingente de trabalhadores libertos e onde ocorreu a maior incidência do trabalho escravo rural no Brasil (CAMPANHA NACIONAL EM DEFESA DO CERRADO, 2016, p. 1-2).

Confirmando a presença do trabalho escravo a cartilha da Comissão Pastoral da Terra (2020) aponta que:

Na região Nordeste do Brasil, os três principais estados com esta situação [de trabalho análogo a escravidão] são pertencentes ao projeto MATOPIBA (Bahia com 49 casos e Piauí com 35, além do Maranhão). Nestes cinco estados concentram-se 625 casos de áreas fiscalizadas e identificadas com trabalho análogo à escravidão (49,29% das ocorrências) no Brasil (1.269 casos) (CPT, 2020, p.159).

Assim, torna-se evidente que a incorporação da agricultura moderna no processo produtivo causou danos sociais na região mediante a precarização do trabalho e violação dos direitos humanos dos indivíduos.

[As] populações tradicionais com seus modos de vida enraizados no Cerrado, resistem contra o modelo de exploração adotado, seja contra o domínio da terra (a desterritorialização de seus territórios de vida) [...] Essas populações lutam contra os assassinatos, à violência, a apropriação privada de seus recursos, como a terra e água, da desterritorialização/precarização/expulsão de seus territórios tradicionais, bem como das violações aos direitos humanos, como das ocorrências de trabalho escravo (MONDARDO, AZEVEDO, 2018, p.315).

Desse modo, os povos tradicionais resistem bravamente ao avanço do agronegócio na região e procuram resistir nesse território de disputa intensa. Vale ressaltar que “A territorialização do agronegócio deixa um rastro de desmatamento, poluição das águas e mudanças climáticas, multiplicando os conflitos” (FERNANDES, CASSUNDÉ, PEREIRA, 2018, p.542). Assim, os povos tradicionais, além de defender a posse de suas terras, eles lutam a favor da conservação do meio ambiente, fonte de sustento, que vem sendo destruído e desmatado progressivamente com o aumento das terras voltadas ao agronegócio baseado no latifúndio-monocultor.

POVOS TRADICIONAIS NA FRONTEIRA DAS CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO

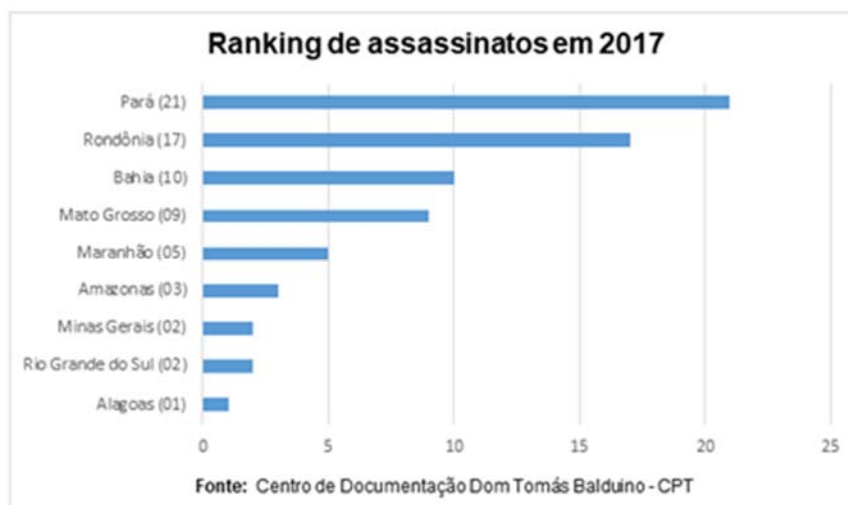
Cercado de campanhas em apoio ao agronegócio, que em sua forma nada mais é que acumulação de capital pelo uso da terra alimentado pela classe ruralista com apoio de instituições do Estado, o Matopiba se encontra no seio de uma contradição neoliberal que desterritorializa povos tradicionais precarizando o trabalho e as condições de vida nessa região através da exploração e o uso da força bruta. Como justificativa, é usada a questão do desenvolvimento e crescimento econômico.

A partir de análises já mostradas nesse estudo, percebe-se como a modernização no campo brasileiro realmente excluiu os povos tradicionais, seja pela perda ou expulsão de suas terras, ou pela alta exploração dos recursos, como a água e destruição da fauna/flora da região. Através desse processo são gerados contradições e conflitos, mas, nota-se também uma resistência social desses povos tradicionais em meio tantas tensões.

Os povos prejudicados são: camponeses, quilombolas, indígenas, povos do cerrado, ribeirinhos, entre outros. Movimentos criados por esses povos colocam em questão a necessidade de repensar os limites das ações de projetos de um capitalismo agrário que destrói e gera um impacto gigante para essas populações locais, assim como também para o espaço físico.

As grandes empresas têm o apoio do Estado e conseguem autorização para explorar determinadas áreas que antes eram ocupadas por povos tradicionais. Essas comunidades, em grande maioria, utilizam a terra como meio de sobrevivência e identidade cultural regional, ou seja, fins de uma agricultura familiar ou de subsistência, sem qualquer relação ao mercado global. Bonfim e Vicente (2017, p. 15) afirmam que “a expropriação de águas e de terras, que alia violência e institucionalidade, e se baseia numa lógica extrativa, colonialista e racista de saqueamento e desconstituição social de territórios, é um dos motores centrais da acumulação capitalista”. A expropriação de terras tem causado conflitos fundiários na região que resultam em mortes e assassinatos cruéis contra os mais vulneráveis.

Figura 4. Número de assassinatos no campo



Fonte: Comissão Pastoral da Terra, 2018 *apud* MONDARDO; AZEVEDO (2019)

Conforme dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) a região de Matopiba, que abarca os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, apresentou um aumento significativo do número de assassinatos a partir de 2015, havendo em 2017 dez assassinatos na Bahia e 5 no Maranhão (Figura 4). As vítimas são quilombolas, indígenas, trabalhadores sem-terra, assentados que sofrem com os conflitos fundiários (MONDARDO; AZEVEDO, 2019).

No acumulado do período (2000 – 2015), [...] ocorreram um total de 3.076 conflitos por terra e por água com ações de violência contra os camponeses e os povos tradicionais. Deste total de conflitos por terra e água, 1.643 ocorreram dentro da área delimitada pelo MATOPIBA, ou seja, 53,4% dos conflitos, envolvendo diversos sujeitos (CPT, 2016, p.155).

Assim, a região do Matopiba é uma área que tem sofrido com a intensificação de conflitos por terra e por água. Esses conflitos envolvem constantes ameaças e violências contra os povos tradicionais. As três categorias que mais sofreram foram os posseiros (com 768 ocorrências), os quilombolas (com 221) e os sem terra (220). E as categorias que mais causaram os conflitos foram os fazendeiros (639 ocorrências), disparadamente, seguidos dos empresários (com 386) (CPT, 2016).

Toda essa contradição mostrada, de uma região altamente produtiva com disponibilidade de recursos, mas dominada por latifundiários e pela iniciativa privada, mostra ainda outra forma de pressionar as terras que são ocupadas pelos povos tradicionais, além da exclusão clássica, pautada na ocorrência de trabalho escravo rural e violação dos direitos humanos e dominação das terras. Por se tratarem de áreas com alguns recursos naturais, há a especulação de empresas multinacionais e intensos processos de grilagem. Com isso, são gerados processos de especulação fundiária e conflitos pela água, sendo necessário ressaltar o desaparecimento das mananciais, poluição do solo, poluição das fontes de água devido ao uso abusivo, extinção de árvores e frutos do cerrado graças a expansão do agronegócio.

Frente a essas expansões que prejudicam a região de Matopiba, os movimentos de resistência continuam na luta contra empresas multinacionais atrelados ao Estado que usam da força bruta e articulações geopolíticas para expulsar diversas famílias que necessitam desse espaço para sobreviverem. Para r-existir ao avanço do agronegócio, e seus consequentes problemas socioambientais (concentração fundiária, desmatamento, etc.), surgiram ao longo dos anos movimentos de resistência em defesa dos direitos dos povos tradicionais do Cerrado como exemplos empíricos podemos citar a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, a Associação para os Pequenos Produtores de Tocantins (Apató) e a Campanha Nacional “Cerrado, Berço das Águas: Sem Cerrado, Sem Água, Sem Vida”.

A Campanha Nacional em Defesa do Cerrado que foi lançada em 2016 “[...] por meio da articulação de movimentos, organizações e pastorais sociais com uma longa trajetória de lutas com o pé no chão do Cerrado” (CAMPANHA CERRADO, 2020, n.p) com objetivo de defender os direitos territoriais dos povos tradicionais do Cerrado, chamando atenção também para o protagonismo e sociobiodiversidade do bioma. Outro movimento que se destaca na região do Matopiba é o Apató que atua no Estado de Tocantins desde 1992, que tem como missão “consolidar a reforma agrária e fortalecer a agricultura familiar [...] atuando junto aos povos e comunidades tradicionais, assentados(as) e demais agricultores(as) familiares do Estado do Tocantins.” (APATO, 2021, n.p). Por fim, temos a Campanha Nacional “Cerrado, Berço das Águas: Sem Cerrado, Sem Água, Sem Vida” feita para chamar a atenção da sociobiodiversidade presente nas áreas de Cerrado, alertando para sua contínua destruição, denunciando a violência que os povos tradicionais estão sujeitos com o avanço dos projetos de desenvolvimento (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2020).

IMPACTOS AMBIENTAIS NA REGIÃO

O avanço do agronegócio na região de Matopiba, além de gerar conflitos com povos tradicionais, também resulta grandes impactos ao meio ambiente. As contradições do desenvolvimento nessa região ficam mais nítidas à medida em que a paisagem é degradada com desmatamentos, biomas devastados, poluição do solo e da água. Os conflitos presentes na região envolvem “as populações tradicionais e fazendeiros, seja pela disponibilidade de terras e recursos naturais, seja pelos interesses de grupos multinacionais com destaque para a atuação de corporações sino-americanas” (MONDARDO; AZEVEDO, 2019, p.309). Assim, Matopiba configura-se como um espaço de conflito e de disputa que envolvem não só a questão fundiária, mas também os recursos naturais presentes como a água.

De acordo com Pitta e Vega (2017), a expansão da fronteira agrícola impacta de forma negativa o meio natural e os povos tradicionais dessa região. A degradação de 52% dos biomas é um dado alarmante. Atividades como pecuária e monoculturas de soja, cana-de-açúcar e eucalipto fomentam o desmatamento e a degradação dos solos, configurando a paisagem e prejudicando os ecossistemas. A mineração e barragens, que ocasionaram a secagem de dez pequenos rios ao decorrer dos anos, são outros impactos em pauta.

O agronegócio baseia-se no desmatamento, nas grilagens de terras e na exploração de recursos naturais como a água e a terra (HARVEY, 2005 *apud* MONDARDO; AZEVEDO, 2019). Esses impactos são sentidos pelos povos tradicionais (indígenas, quilombolas, produtores sem-terra) que são os mais atingidos pela degradação ambiental e pelos conflitos fundiários da região. Assim, pode-se dizer que os avanços econômicos dessa região, com a alta produção de grãos, não conseguem acompanhar o desenvolvimento social, deixando, portanto, de lado o meio ambiente e os povos que já viviam na região há séculos que carecem de políticas públicas voltadas para sua proteção.

O avanço do agronegócio tem provocado mudanças na paisagem natural do Cerrado e no uso do solo, “As vegetações tortas das chapadas são substituídas pelas paisagens uniformes dos monocultivos da soja, cana, algodão e do eucalipto, acompanhadas do uso desenfreado de agrotóxicos que envenenam águas, solos e toda a cadeia de seres vivos” (CPT, 2020, p. 1). Dessa forma, a vegetação nativa perde espaço para extensas pastagens e para lavoura de grãos, baseadas no latifúndio monocultor, ademais o uso de agrotóxicos torna-se recorrente, fomentando impactos ambientais nos recursos naturais do bioma.

Como aponta o relatório “Os Custos Ambientais e Humanos do Negócio de Terras” (FIAN, 2018) “No interior do Cerrado, 62% do desmatamento total ocorreu na região do MATOPIBA, o que é um reflexo da combinação de regulamentos ambientais precários com o desenvolvimento intenso do setor do agronegócio” (p.22). Desse modo, percebemos que mais da metade do desmatamento do Cerrado se concentra na região do Matopiba que atualmente se consolida como o foco do projeto de modernização econômica.

Conforme dados do Observatório do clima (2019) vemos que em 1985 o uso antrópico, que abarca pastagens, lavoura de grãos e infraestrutura urbana, ocupava 31,53% do Cerrado, enquanto o uso natural (formação florestais naturais-mangues, florestas, etc.) ocupava 68,13%. Em 2015, trinta anos depois, o uso

antrópico aumentou para 44,10% e o uso natural reduziu para 55,63%, sendo nítido o avanço o desmatamento no bioma.

Esse conjunto de danos ambientais, provocados pelo projeto de modernização colonial, que se desenha no Brasil desde 1930, tem fomentado a redução dos povos tradicionais na área rural.

A destruição dos meios de subsistência por conta de desmatamentos, expropriações, escassez de água e contaminação por agrotóxicos, assim como em decorrência de abusos e violências, levou a um declínio populacional das comunidades, pois muitas famílias se veem forçadas a abandonar suas vilas, de forma permanente, e migrar para as cidades, onde vivem em favelas nas periferias das grandes e médias metrópoles (FIAN, 2018, p. 59).

A destruição dos recursos naturais que são fontes de sustento para os povos tradicionais, deixa-os sem alternativa. Como consequência, muitos abandonam suas terras, suas vilas e buscam melhores condições de vida nas cidades. No entanto, nem todos encontram boas oportunidades, fomentando a sua segregação socio-espacial no espaço urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sintetizando o estudo a partir de leituras e buscas bibliográficas, pôde-se entender como as mudanças, implementadas a partir do avanço do neoliberalismo, disponibilizaram campos econômicos e políticas viáveis para avanço e ratificação da pauta agroexportadora no Brasil baseada na produção de *commodities*. Todo esse processo e articulação visando uma balança comercial favorável e o superávit econômico, na verdade, se por um lado gera liquidez e riqueza para poucos, ocasiona problemas sociais, econômicos e bio-ecológicos em muitas regiões do país, como a exploração de pessoas, que trabalham em condições análogas a escravidão em certas áreas dominadas pelo agronegócio, tendendo um aumento da precarização do trabalho, uma vez que, no campo brasileiro as atividades não-capitalistas tornam-se mais frequentes.

Outra questão é a destruição de comunidades e populações tradicionais. Ressalta-se que os atingidos estão resistindo através da mobilização coletiva e organização de movimentos sociais, posicionam-se contra o projeto moderno-colonial que vem se desenhando no território brasileiro desde a década de 1930. Esses povos tradicionais são, muitas vezes, mascarados pela mídia e por uma ala tradicional da política brasileira, como a bancada ruralista e ainda apoiado pelo Estado e multinacionais, que busca utilizar e usufruir de influências e poderes, territorializando e produzindo em muitas áreas do país.

Ainda vale ressaltar que a exploração exacerbada de recursos naturais, que acompanha o agronegócio, também cresceu abruptamente no Brasil, ocasionando contaminação de aquíferos, degradação de rios e lagoas, queimadas e

desmatamento em biomas ameaçados, como o Cerrado, uso massivo agrotóxicos, etc. Todos esses fatores são repulsivos para as populações tradicionais que vivem do uso da terra por meio de atividades de subsistência. Dessa forma, muitos são desterritorializados de suas terras e passam a migrar para as cidades em busca de melhores condições de vida o que nem sempre é possível.

Assim, percebe-se que a articulação econômica em torno do agronegócio é resultante principalmente da financeirização do capitalismo e das atividades agrícolas brasileiras, que amparadas pelo desenvolvimento e mecanização da agricultura, pelo capital privado e por incentivos e subsídios fiscais do Estado, pôde expandir os horizontes e invadir fronteiras interioranas do território, sendo a mais conhecida a região do Matopiba, designada como a última fronteira agrícola do Brasil que, atualmente, se configura como um espaço submisso à acumulação de capital.

REFERÊNCIAS

- ALVES, V. E. L. Expansão do Agronegócio e os Impactos Socioambientais na Região de Cerrados do Centro-Norte do Brasil (Matopiba). **Confins**, São Paulo, n. 45, 2020.
- APATO. **Missão**. Tocantins, 2021. Disponível em: <http://www.apato.org.br/quem-somos/missao/>. Acesso em 2 de março 2021.
- CAMPANHA NACIONAL DE DEFESA DO CERRADO (Brasil). **Sobre a campanha**. 2020. Disponível em: campanhacerrado.org.br/a-campanha/sobre-nos. Acesso em 2 de março 2021.
- CARTA ABERTA. **Campanha Nacional em Defesa do Cerrado**. Brasília, 18 de novembro de 2016. Disponível em: http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_1990489881_29112016122819.pdf - acesso em 13 maio 05 de 2021.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (Brasil). **Conflitos no campo Brasil- 2015**. Goiânia: CPT, 2016. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/?task=download.send&id=14019&catid=0&m=0&Itemid=2>. Acesso em 04 março de 2021.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (Brasil). **Cartilha da Campanha “Cerrado, Berço das águas: Sem Cerrado, Sem Água, Sem Vida”**. Goiânia: CPT, 2020. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacao?task=download.send&id=14201&catid=75&m=0>. Acesso em 2 de março 2021.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (Brasil). **Conflitos no campo-2019**. Goiânia: CPT, 2020. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacao?task=download.send&id=14195&catid=41&m=0>. Acesso em 2 de março 2021.
- FERNANDES, B. M., CASSUNDÉ, J.R. de O., PEREIRA, L.I. Movimentos socioterritoriais no matopiba e na chapada do apodi: exemplos da questão agrária neoliberal do século XXI. **OKARA: Geografia em debate**, João Pessoa, v.12, n.2, p. 533-548, 2018.

FIAN BRASIL. **Custo Ambientais e humanos do negócio de terras: O caso do Matopiba.** 2018. Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Os-Custos-Ambientais-e-Humanos-do-Nego%CC%81cio-de-Terras-.pdf>. Acesso em 20 fev. 2021.

HARVEY, D. A acumulação via espoliação. HARVEY, D. In: **O novo Imperialismo.** São Paulo: Edições Loyola, out. 2005. p. 115-148.

KNORR, M T. Quarenta anos de expansão da soja no Brasil, 1975-2015. **Confins.** Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/12592>. Acesso em 04 março de 2021.

MATHIAS, M. **Matopiba: na fronteira entre a vida e o capital.** Rio de Janeiro: epsjv/fiocruz, 2017.

MATÔS, P. F.; PESSOA, V.L.S. A apropriação do cerrado pelo agronegócio e os novos usos do território. **Campo-território: revista de geografia agrária**, v. 9, n. 17, p. 6-26, 2014.

MONDARDO, M. L.; AZEVEDO, J. R. N. Matopiba: do domínio da terra e abuso da água aos territórios de resistências das populações tradicionais. **Rev.Nera**, Presidente Prudente, SP, v. 22, n. 47, 2019.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo no Brasil.** 2019.

PITTA, F. T.; VEGA, G. C. A expansão do agronegócio da região do Matopiba como última fronteira na conquista no Cerrado pela agroindústrias no século XXI. VEGA, G. C. In: **Impactos da Expansão do Agronegócio no Matopiba: comunidades e meio ambiente**, Rio de Janeiro, 2017.

SANTOS, C.B. M. D. dos. Matopiba: uma nova fronteira agrícola? uma conciliação geográfica de ordenamento do agronegócio? uma nova reorganização produtiva dos espaços de “cerrados” dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia? **Cadernos do CEAS**, Salvador/Recife, n. 245, p. 570-600, set./dez., 2018.

SILVA, C. A. F. da; MONTEIRO, J. L.G. **A geografia regional do Brasil.** Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

SOUZA, G. V. A.; PEREIRA, M. F. V. MATOPIBA: a Inteligência Territorial Estratégica (ITE) e a regionalização como ferramenta. **Rev. Nera: UNESP, Presidente Prudente**, SP, v. 22, n. 47, p.22-45, 2019.

SOUZA, G.; SILVA, L. R. Agronegócio e dependência: uma perspectiva de análise sobre a região do Matopiba. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, MG. v. 20, n.72, p.149-168, dez. 2019.

Contato com o autor:

Recebido em: xx/xx/20xx

Aprovado em: xx/xx/20xx

ⁱ Mapa preparado com base no Embrapa (2015) e IBGE (2016a) extraído do artigo de GARCIA, J. R.; VIEIRA FILHO, J. E. R. O papel da dimensão ambiental na ocupação do MATOPIBA. *Confins*, n.35, 2018.

ⁱⁱ Polocentro foi um programa de desenvolvimento criado em 1975 pelo Governo Federal. Este programa tinha como objetivo a “incorporação das áreas de Cerrado ao processo produtivo nacional e internacional por meio de subsídios” (MATOS, PESSÔA, 2014, p.11)

ⁱⁱⁱ Proceder foi criado em 1979 por meio de um acordo entre o governo brasileiro e o governo japonês, “visava promover o desenvolvimento agrícola dos Cerrados” (MATOS, PESSÔA, 2014, p.12)